PROJETO DE LEI Nº 001/2019

“Concede revisão geral anual – art. 37, X, da Constituição da República – aos vencimentos dos servidores, aos proventos e às pensões dos aposentados e pensionistas do Poder Executivo, e dá outras providências”.

VALÉRIO ERNESTO MARCON, Prefeito Municipal de Ipê/RS, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, encaminho à Câmara de Vereadores, para apreciação e posterior votação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º A revisão geral anual, de que trata o inciso X, parte final, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, é concedida, nos termos da Lei Municipal nº 919/2003 e alterações, com vigência desde o dia 1º de janeiro de 2019, pela aplicação do índice de 7,55% (sete inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) sobre os vencimentos e os subsídios dos servidores do Poder Executivo, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição da República, exceto aos Secretários Municipais, Prefeito e Vice-Prefeito, extensivo aos proventos dos aposentados e às pensões, em atendimento ao artigo 40, § 8º, da Constituição da República.

Art. 2º O Padrão de Referência Salarial (Padrão 01) passará a ter o valor de R\$ 600,97 (seiscentos reais e noventa e sete centavos), a partir de 1º de janeiro de 2019.

Art. 3º A despesa decorrente desta Lei será atendida pelas dotações próprias do orçamento para o ano de 2019.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipê/RS, em 07 de janeiro de 2019.

VALÉRIO ERNESTO MARCON
PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº 001/2019 – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Com o presente estamos submetendo à apreciação desta Egrégia Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei nº 001/2018 que **“concede revisão geral anual – art. 37, X, da Constituição da República – aos vencimentos dos servidores, aos proventos e às pensões dos aposentados e pensionistas do Poder Executivo, e dá outras providências”**.

É assegurado pela Constituição da República o direito dos servidores públicos à revisão geral anual, o que foi regulamentado em nosso Município pela Lei Municipal nº 919/2003 e alterações.

Para o exercício corrente, existe autorização expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada por esta Casa, bem como dotações orçamentárias e disponibilidades financeiras suficientes para atender as despesas decorrentes desta Lei, observando-se o presente orçamento municipal.

Quanto ao índice de 7,55%, refere-se à inflação medida pelo indexador IGPM/FGV, nos doze meses anteriores ao reajuste. Elegemos este índice por ser aquele que representa a média dos índices utilizados para medir a inflação, bem como o índice utilizado para a correção dos impostos e taxas municipais.

Ante o exposto, ao apresentar este Projeto de Lei à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa, renovamos nossos votos de protesto e elevada consideração e apreço.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipê/RS, em 07 de janeiro de 2019.

VALÉRIO ERNESTO MARCON
PREFEITO MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
CASSIANO DE ZORZI CAON
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipê/RS.